

01

O PT e a luta pela libertação das Mulheres



***Documento base apresentado pela Comissão Preparatória do 2º
Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres
Vitória, 1988***

1 - O PT e a luta pela libertação das mulheres

Este documento-base foi apresentado pela Comissão Preparatória do 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado em 1988, em Vitória (ES). Embora seja um documento preparatório, sem as emendas e alterações de redação aprovadas no Encontro, as análises e propostas que ele apresenta continuando tendo vigência nos dias atuais.

I. O PT e a luta pela libertação das mulheres

1. O significado da luta pela libertação das mulheres

1. A luta pela libertação das mulheres é um componente fundamental da luta de todos os oprimidos para construir uma nova sociedade. A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem outros sistemas de opressão, que também são fundamentais na determinação da vida das pes-

soas, na construção dos valores, na organização de relações sociais e pessoais. Este é o caso das relações de gênero. Chamamos de relação de gênero as relações homem/mulher como parte de grupos sociais; e a expressão “relações de gênero” procura diferenciar o social do biológico, isto é, parte de uma concepção da construção social da identidade da mulher e do homem. Todas as mulheres são oprimidas e discriminadas por pertencerem ao sexo feminino. As relações de domínio e subordinação que envolvem homens e mulheres sustentam-se em uma rígida divisão de trabalho, de papéis sociais que dão base para um corpo de valores e comportamentos que se expressam em formas de do-

minação e discriminação específica, tanto na vida pública como na vida pessoal e privada. É a primeira e mais generalizada relação de poder que vivem as pessoas em quase todas as sociedades. Elas estruturam uma forma de comportamento e percepção da sociedade, onde são estabelecidos papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominado, dando base para uma concepção autoritária e violenta das relações humanas e da sociedade. Desde crianças, as mulheres são educadas pela família, igreja, escola e a sociedade em geral, para que aprendam e reproduzam os valores e comportamentos femininos de fragilidade, submissão, passividade e outros tantos que caracterizam o papel do “sexo

frágil?”. Por outro lado, os homens, desde meninos, são incentivados a construir um perfil de coragem, força, desprendimento e iniciativas, que compõe o papel socialmente determinado como masculino. A luta das mulheres contra este tipo de relações de poder específicas faz parte de nossa luta pela construção de uma sociedade socialista.

2. Dentro da sociedade capitalista, manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesses e privilégios no seio dos trabalhadores, assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização, alienação dos trabalhadores dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto da sua capacidade de revolta.

Sem avanço da luta das mulheres no sentido de sua própria libertação, sem uma participação ativa das mulheres no processo de construção de uma nova sociedade, não há

garantias que essa forma de opressão, que é um dos eixos da sociedade burguesa, deixará de existir.

3. As mulheres são diretamente responsáveis pela reprodução da força de trabalho em dois níveis: biologicamente e no cotidiano. Daí a necessidade de controle sobre a sua sexualidade, sua função de procriação e a manutenção de sua função no trabalho doméstico. Ao se desresponsabilizar da tarefa de sustentação cotidiana dos indivíduos, o Estado, os patrões e a burguesia, fazem com que tais tarefas sejam vistas como obrigação de cada família e, no seio da família, atribuindo-se o trabalho doméstico às mulheres. Dessa forma a sociedade se desobriga da educação das crianças, de alimentação, das necessidades cotidianas, como lavar e passar roupa, transporte, etc. Estas tarefas poderiam ter um custo muito mais baixo para os trabalhadores se fossem realizadas coletivamente, através de creches, pré-escolas, educação pública, restaurantes populares, lavanderias, etc. Ao mesmo tempo, a subordinação sexual das mulheres faz também com que se peça que elas tenham o direito de definir os caminhos de sua própria vida, e portanto,

decidir se querem ou não ter filhos. Isto se dá pela ausência de atendimento de saúde e planejamento familiar, a escassez de métodos anticoncepcionais seguros e que não sejam nocivos à saúde e pela proibição do aborto.

4. Portanto, e assim, através da dominação sexual, mantendo as mulheres subordinadas, desvalorizadas enquanto sexo, se justifica uma subordinação que se manifesta em todos os setores da sociedade, na utilização da violência sexual, no controle sobre sua função reprodutiva, na posição secundária no mercado de trabalho, na exigência de uma super disciplina no trabalho, na reprodução no seio da própria classe trabalhadora desses valores que aumentam as condições de exploração.

Esse mecanismo se manifesta também na desvalorização do trabalho de mulheres, na forma de sua aceitação no mercado de trabalho principalmente em profissões que, em certa medida, reproduzem seu papel subordinado (de auxiliar) ou seu aprendizado para o trabalho doméstico. É o caso das profissões “tipicamente femininas” (professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, empregadas domésticas) ou as fun-

ções femininas em outros setores (auxiliares, ajudantes, na indústria eletrônica). E todos os setores onde entram as mulheres ocorre uma tendência para a desvalorização do trabalho e rebaixamento salarial, até mesmo porque o trabalho da mulher fora de casa é considerado, no máximo, como um complemento do seu papel de esposa, mãe e dona-de-casa.

5. Assim, ao se manter a maioria das mulheres isoladas em casa, sem participação social e política, sem desenvolver sua consciência na luta da classe trabalhadora, reforça-se a influência da ideologia dominante, a alienação dos trabalhadores, homens e mulheres, de seus próprios interesses e a reprodução, em consequência, das idéias, valores e costumes da dominação. Por essa razão, o tipo de estrutura familiar, que temos em nossa sociedade com o papel subordinado das mulheres, cumpre um papel na reprodução da ideologia que justifica a desigualdade, a exploração e a opressão em todos os campos na sociedade. E este é um meio fundamental para a formação dos filhos - homens e mulheres de amanhã.

6. Do ponto de vista ideológico, os mecanismos cen-

trais para a manutenção da opressão das mulheres e para a sua super exploração dentro do capitalismo, são a permanência da forma de família patriarcal que reproduz os valores mais reacionários da ideologia burguesa e que determina a forma da divisão sexual do trabalho; a divisão entre a vida pública e a vida privada; a existência de uma dupla moral baseada na hipocrisia e na mercantilização das relações pessoais; o cultivo da violência e do poder masculino, o machismo, sobre as mulheres; a manutenção das ideologias religiosas conservadoras.

O peso e a importância desses mecanismos e a contradição entre os interesses de classe trabalhadoras, e os privilégios que os homens, enquanto gênero, mantém devido a opressão das mulheres são tão grandes, que a subordinação e opressão das mulheres se mantém nas sociedades onde a classe trabalhadora tomou o poder.

7. Se não é tão difícil compreender que a opressão das mulheres favorece a dominação capitalista, já não é tão fácil aceitar que existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que todos os homens, de to-

das as classes, desfrutam devido à posição subordinada das mulheres na sociedade, o que significa que os homens da classe trabalhadora possam ter algum interesse na perpetuação do patriarcado, isto é, em um sistema de valores e relações sociais que hoje, combinado com a dominação de classe, dá aos homens poder e privilégios em relação às mulheres.

A divisão sexual do trabalho no capitalismo, embora favoreça a burguesia enquanto classe, favorece também aos homens enquanto um setor da sociedade. Além disso, a violência masculina na família e nas relações pessoais, no movimento operário, dentro dos partidos e organizações políticas da classe trabalhadora, a prepotência masculina etc, são problemas com que as mulheres têm de se defrontar cotidianamente, não apenas por parte da burguesia e dos patrões mas no seu convívio com os homens da classe trabalhadora.

E embora tais privilégios e interesses pessoais se choquem com o interesse de classe dos trabalhadores, não podemos menosprezar o peso material desses privilégios e a sua incorporação na consciência dos homens e, portanto, a dificuldade de se rom-

per efetivamente com eles.

8. O feminismo, ao lutar contra o sistema social baseado na injustiça, na exploração e na opressão, aponta nesta luta o papel central da luta contra a opressão das mulheres. Reivindica os direitos e responsabilidades de cada mulher sobre si mesma: sua força de trabalho, sua capacidade de procriar e sua sexualidade, articulando o pessoal e o público, o individual e o coletivo, a transformação pessoal e a construção de um movimento de mulheres massivo que organize a força das mulheres em luta. O desenvolvimento do feminismo e do movimento de mulheres criou um fato político novo: a emergência de um conjunto de mulheres que se organizam na defesa de seus interesses, que levantam amplamente a questão da mulher na sociedade e na política, e que nessa trajetória, desenvolvendo sua consciência como mulher, se integram, ao mesmo tempo em que ampliam, o campo da luta anticapitalista. E desse modo, o movimento de mulheres levanta a necessidade do reconhecimento desta opressão específica, da luta contra a discriminação sexual, introduzindo novas bandeiras como igualdade salarial, acesso pro-

fissional, creches, família, sexualidade, representação política e voz autônoma, de direitos civis e direitos até então inéditos, direitos que não faziam parte da tradição de luta dos trabalhadores. O movimento de mulheres e o feminismo trouxeram para a luta dos trabalhadores uma postura e um componente de rebeldia que questionam as relações de poder entre os sexos, e que são relações de poder que perpassam mesmo os diferentes setores do movimento dos próprios trabalhadores, inclusive aqueles que se colocam como portadores de profundas transformações da sociedade. Os temas libertários colocados pelo feminismo - sexualidade, prazer, orgasmo, aborto, direito ou não de ter filhos, punição para os assassinos de mulheres, a homossexualidade como um direito do exercício da livre sexualidade - antes tabus, exigem um tratamento político e cobram dos trabalhadores organizados integrá-los na sua luta.

9. A experiência histórica dos países onde os trabalhadores tomaram o poder demonstra a extrema dificuldade de se levar adiante as transformações sociais, culturais e ideológicas necessárias para que o processo de libertação

das mulheres faça parte efetiva da luta dos trabalhadores e reforça a necessidade da construção do movimento autônomo de mulheres. É, portanto, fundamental avançar na construção desde já de um movimento de mulheres forte, massivo e a luta permanente para que os diferentes setores dos trabalhadores compreendam o papel fundamental da luta pela libertação das mulheres num projeto de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão e se engajem nesta luta. Por isso lutamos para que o Partido dos Trabalhadores, que luta pela construção de uma sociedade socialista em nosso país, compreenda, defenda e incentive a luta pela libertação das mulheres, fazendo desta luta parte integrante de seu programa. O feminismo, a luta pela libertação das mulheres não pode deixar de fazer parte integrante do programa e das propostas políticas do PT como um elemento consciente e ativo no partido.

2. A luta das mulheres e a construção do socialismo

10. Quando as mulheres se põem em luta contra sua opressão específica, indo às bases desta opressão, isto é, compreendendo o papel que

esta opressão cumpre na manutenção da opressão e da exploração de uma classe por outra, estão trilhando um caminho revolucionário, atingindo alguns dos pilares de sustentação do capitalismo. Estão lutando contra sua super exploração enquanto um setor particular dos trabalhadores assalariados, ainda mais explorados do que os homens. Estão lutando contra as diferentes formas de opressão que buscam legitimar privilégios e estruturas de poder autoritário. Estão lutando contra formas de relação pessoal e familiar que reproduzem as estruturas de dominação da sociedade capitalista. Estão se organizando em uma dinâmica anticapitalista e abalando alguns sustentáculos da sociedade de classes. E estão participando da construção concreta de um projeto de uma sociedade socialista e democrática.

11. No processo de construção de uma nova sociedade é preciso garantir as formas de romper com a opressão milenar das mulheres. Isso exigirá uma política determinada de priorização de investimentos sociais que assegurem a coletivização do trabalho doméstico, a responsabilidade social com a educação das crianças, o direito e as

condições das mulheres decidirem se querem ou não ter filhos, com serviços de saúde que lhes permitam o controle sobre seu próprio corpo e vários outros elementos econômicos e sociais sem os quais a igualdade das mulheres não pode ser de fato conquistada.

12. Mas, construir uma nova sociedade não é apenas a transformação econômica. É também a transformação do próprio modo de pensar, das relações humanas, do cotidiano. Combater a submissão, a educação diferenciada, a repressão, a violência sexual, valores e costumes da sociedade burguesa fazem parte das lutas pelas transformações pessoais, de homens e mulheres, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana, de seus direitos e necessidades.

13. É também por essa razão que é fundamental a liberdade de construção do movimento autônomo de mulheres também no processo de construção do socialismo. A organização de diferentes setores sociais - as mulheres, a juventude, os negros etc - seu direito de lutar e reivindicar democraticamente pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas, sua presença na disputa

pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da democracia socialista. A tomada do poder pelos trabalhadores não significa automaticamente o fim de todos os elementos de opressão e discriminação existentes na sociedade capitalista anterior. A manutenção e o fortalecimento de movimentos sociais independentes, a organização das mulheres é um fator essencial na luta democrática pela construção do socialismo. O movimento de mulheres, ao buscar novas formas de fazer política - uma política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas aceitando a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher - busca formas de poder para transformar as relações sociais, para criar uma sociedade democrática na qual as reivindicações de cada um dos setores sociais encontrem espaço para serem resolvidas. Isto requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude, etc, as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista democrática e participativa, uma sociedade

que harmonize a heterogeneidade.

14. Buscando desenvolver em profundidade e extensão um movimento capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade, cuja viabilidade está não só em estreita relação com as profundas mudanças da estrutura econômica, política e social, o movimento de mulheres coloca a necessidade de transformações do indivíduo, dos seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. E ao colocar a necessidade de se pensar e viver a política, valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo - homens e mulheres - o feminismo amplia o horizonte das transformações sociais, resgatando o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, de uma visão revolucionária. Desse modo, a política e a sociedade se enriquecem com a presença de tudo aquilo que constitui o privado e a cotidianidade. É neste sentido que se pode dizer que se humaniza o público e se politiza o privado, e se resgata na vida pessoal e na sociedade o ideal de se construir um novo homem e uma nova mulher.

II - Avaliação da situação atual do movimento

*“Nem só mãe, nem só filha,
na vida, na luta, companheira
Mulher”*

(faixa na passeata de 8 de março SP-88)

15. Mais de uma década se passou desde a retomada, em novos termos, do movimento feminista no Brasil. Sua presença política resistiu, abriu novos campos, enraizou-se em diferentes setores sociais, reinventou novas práticas e é cada vez mais evidente que sensibiliza e atinge um número crescente de mulheres.

16. O movimento de mulheres no Brasil é extremamente heterogêneo, com múltiplas formas de organização, de trabalhos, de interesses, com presença e intervenção desigual na sociedade e vem levantando reivindicações específicas que correspondem a esta sua diversidade. O relatório do 9º Encontro Nacional Feminista, realizado em setembro de 1987, em Garanhuns/PE, reflete em parte a heterogeneidade desse movimento: “Foram muitas horas de trabalho, olho no olho, fala, choro, riso, tensão, discordância, dilemas, medos, prazeres, descobertas. Por tudo isso, não foi possível em todos os grupos re-

gistrar tudo. Em todos os lugares havia montões de diferenças, de origens, linguagem de classe, de profissão, de cor, de idade, de sentimentos, de horas de vôo no feminismo, de estilo de vida, de posição de vida”.

17. Como avaliar esse movimento e sobretudo como aprender sua significação no interior desta sociedade concreta: com sua história, com sua violência, com sua heterogeneidade, com as invisibilidades das relações de dominação, com seu movimento e com seus imobilismos?

18. Desde os anos 70, o feminismo vem atingindo diferentes setores da sociedade, provocando uma transformação cultural ainda limitada, mas significativa no interior do movimento popular e sindical e dos partidos, e dentro do próprio movimento de mulheres. Procura-se redefinir o papel social da mulher, ampliando o conceito de cidadania, fazendo ver que para se entender as práticas de dominação em nossa sociedade é necessário não só analisar do ponto de vista de classe, mas que esta dominação é vivenciada de maneira extremamente diferenciada segundo sexo, cor, idade. Novos temas são incorporados à política partidária e estatal,

aos meios de comunicação de massa, gerando novos espaços de ação coletiva, ao colocar em debate temas até agora deslegitimados e ausentes da análise política, especialmente os relacionados com a vida cotidiana, e evidenciando a existência de novos sujeitos sociais, ou seja, todos aqueles setores oprimidos e subordinados em todos os âmbitos e dimensões em que se expressam o poder.

19. E no contato com os diferentes movimentos sociais, com os partidos, no enfrentamento da conjuntura política brasileira foi se criando no movimento feminista a consciência de que não se poderia pretender uma centralidade nas lutas feministas a partir de um lugar privilegiado e vanguardista. Era indispensável reconhecer as diferentes iniciativas das mulheres para enfrentar em seus próprios âmbitos as artimanhas do poder patriarcal, era necessário implantar estratégias múltiplas de ação, ampliando os caminhos do poder para o movimento, desenvolvendo, junto com outros coletivos e grupos, espaços de poder e visibilidade no público. E, ao mesmo tempo, converter essa multiplicidade em um movimento de mulheres autônomo, massivo, com ca-

pacidade de ser interlocutor válido frente aos partidos, instituições, Estado, e a todos os outros movimentos sociais. Apesar dos refluxos e fluxos do movimento de mulheres, a disseminação das idéias do feminismo tornou-se sem retrocesso, sem volta; uma busca de novas relações que criem desde agora as bases para as relações sociais e pessoais que aspiramos na construção de uma nova sociedade, socialista e democrática.

3. A situação da mulher na sociedade brasileira

20. A situação da mulher na sociedade brasileira têm passado por importantes transformações nas últimas décadas. Várias são as razões destas mudanças, que se relacionam ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao surgimento e desenvolvimento de um movimento de mulheres com influência feminista no último período e também a uma mudança da situação das mulheres nos países capitalistas avançados.

21. O processo de mudanças econômicas e sociais do país, com o peso acentuado da indústria e a aceleração da urbanização, inseriram a maioria da população, e das mu-

lheres, num quadro social muito mais dinâmico, onde a família "ampliada", isto é, a organização do grupo familiar além dos pais e filhos, com uma característica fortemente patriarcal, também se modifica. Esses elementos possibilitaram não apenas o aumento de sua inserção no mercado de trabalho como trabalhadora assalariada, mas desenvolveram significativamente, também, seu acesso à educação, criando uma exigência de mudança de padrões de comportamento. Estas transformações, se por um lado, não podem caracterizar uma mudança de seu papel social, fundamentalmente seu papel na reprodução da força de trabalho, possibilitaram um questionamento de sua subordinação sexual e social, pressionando no sentido de transformar seu *status* social, pelo menos nos termos dos aspectos formais das relações sociais. As formas e manifestações ideológicas que caracterizam a opressão e subordinação das mulheres têm passado por diferentes mudanças que caracterizam uma redefinição da ideologia machista.

22. As mulheres representam hoje cerca de 37% da força de trabalho no Brasil. Dentre as mulheres que par-

participam do mercado de trabalho, 19,1% exercem atividades no setor primário (agropecuária, pesca, produção extrativa), 11,8% no setor secundário (indústria de transformação e outras) e 69,1% no setor terciário (comércio, serviços de transportes, comunicações e administração pública) e ainda estão sujeitas a uma segunda jornada de trabalho não remunerada em serviços domésticos. Quase metade da população trabalhadora feminina ganha menos de um salário-mínimo.

23. São vários os fatores que explicam o aumento da participação feminina no mercado de trabalho: o desenvolvimento econômico que expande o mercado em geral, aumentando a demanda de mão-de-obra feminina, que por suas características de subordinação social são mais expostas à super exploração; uma mudança no padrão de aceitação do trabalho feminino, acompanhada de transformações de comportamento que possibilitam a entrada das mulheres em diferentes setores; o aumento do seu nível de escolaridade; uma queda acentuada da fecundidade, que aumenta as possibilidades de compatibilização das responsabilidades familiares com o trabalho fora de

casa. Além disso, a crise econômica empurra as mulheres para a busca de trabalhos remunerados, que possam contribuir na renda familiar.

24. Do ponto de vista das transformações culturais e ideológicas há um processo de redefinição e sofisticação da ideologia patriarcal e portanto das manifestações do machismo que interferem na forma da expressão da subordinação das mulheres. As mudanças de comportamento na esfera sexual, em decorrência da ampliação do uso de métodos anticoncepcionais, da reivindicação das mulheres ao direito do exercício da sexualidade sem subordiná-la à reprodução, se por um lado representam um aspecto importante do rompimento com valores patriarcais, do ponto de vista das mulheres, por outro lado, são apropriadas pelos homens de forma utilitarista, acentuando a ausência de responsabilidade seja na questão da reprodução das relações pessoais. A liberdade sexual passa a ser tratada como um elemento a mais a ser oferecido pelas mulheres. Embora a difusão de métodos anticoncepcionais atinja hoje a maioria das mulheres brasileiras, é importante destacar que para uma parcela bastante grande da

população feminina, fundamentalmente da população mais carente, nem mesmo estes aspectos contraditórios da libertação sexual estão presentes, permanecendo as formas de relação tradicional.

25. As mudanças ocorridas na situação das mulheres na sociedade são sempre marcadas pelas contradições da opressão e da discriminação. Do ponto de vista da educação formal, isto é, em anos de escolaridade, as mulheres têm hoje um índice de educação mais elevado do que o dos homens. No entanto, isso não modificou sua discriminação na concorrência no mercado de trabalho ou sua concentração ainda marcante nas profissões femininas; da mesma forma que permanece o conteúdo discriminatório no conteúdo educacional repassado nas escolas.

Se por um lado, os meios de comunicação já assimilam e repassam hoje uma imagem da "mulher moderna", essa imagem é uma combinação das tarefas da modernidade com os deveres de seu papel tradicional: modernas, mas sempre, também, donas de casa. Donas de casa modernas ou mulheres em busca do casamento ideal. Mesmo a ousadia em relação a alguns temas tradicionais - a sexuali-

dade, aborto, divórcio etc que teve algum impacto, sobre a televisão por exemplo, no início da década de 1980, foi sendo domesticado ou abandonado totalmente.

26. No terreno da participação política houve um crescimento importante da presença das mulheres. Não se pode mais ignorá-las como um setor social relevante e alvo, portanto, também das investidas burguesas. Sua presença nos mais diversos movimentos sociais, seu peso eleitoral e mesmo o aumento de sua participação institucional (no parlamento e em menor medida nos Executivos) indicam uma maior integração na vida pública.

27. Na medida em que a maior parte das transformações ocorridas na situação da mulher na sociedade não reflete uma mudança estrutural no seu papel na reprodução da força de trabalho, especificamente no papel da família, vinculando ao trabalho doméstico, ficam em grande parte limitados a uma incidência ideológica, no nível de algumas formas do comportamento e em mudanças no seu direito formal de cidadania. São transformações importantes, mas que não conseguem dar conta nem mesmo dos aspectos mais bru-

tais da subordinação das mulheres, mesmo na esfera de comportamentos ou valores, uma vez que permanecem inalteradas situações como a violência doméstica, a clandestinidade do aborto, o estupro e a violência sexual cotidiana na rua ou em casa.

4. Histórico recente da experiência de lutas do movimento

28. A década de 1970 é um marco importante no processo de organização e retomada do movimento de mulheres no Brasil com novas características. Já no início da década começam a surgir grupos de mulheres que buscavam discutir a situação da opressão das mulheres, e o ano de 1975, "Ano Internacional da Mulher" decretado pela ONU, dá um forte impulso à organização e aparecimento destes grupos, num contexto ainda de ditadura militar. A maioria dos agrupamentos feministas era composta por mulheres que mantinham vínculos com as organizações de esquerda ou que tinham se formado também nessas organizações, além de mulheres profissionais, de setores médios. Posteriormente, passa a ter uma presença importante também

das exiladas que voltam ao país.

A formação do Movimento Feminino pela Anistia, de jornais feministas nas grandes capitais, fazem crescer a influência do movimento que procura, através de alguns de seus setores, desenvolver relações com os setores populares. Começam a se fazer comemorações do 8 de março em várias capitais e vários grupos feministas vão surgindo no país, principalmente nas capitais.

Paralelamente ao surgimento dos grupos autônomos, desenvolve-se a participação das mulheres nos diferentes movimentos sociais e com forte influência da Igreja.

29. A partir do ano de 1979 começam a ser organizados encontros de mulheres, ou congressos, que pela primeira vez têm como objetivo a discussão da opressão específica das mulheres, começam a surgir divergências expressas na relação do movimento de mulheres com setores envolvidos na luta política do final da ditadura e nos projetos de construção do movimento. Os grupos feministas se atomizam. E sobrevivem fundamentalmente aqueles que se dedicam a alguma forma de prestação de serviços.

A atuação dos setores feministas organizados, nesse pe-

ríodo, embora sem forjar um projeto para a construção do movimento, foi importante para barrar as iniciativas de manipulação do movimento pelos setores do MR-8 e PCdoB. É nesse contexto que a debilidade das organizações de mulheres que expressassem projetos de construção de um movimento de mulheres autônomo e massivo faz com que, a partir de 1982, muito pouco resta do ponto de vista organizativo deste período de ascenso e mobilização de mulheres.

30. A partir do início da década de 1980 há um aumento do número de organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular. Isto possibilita um processo de expansão horizontal do movimento sem conseguir, entretanto, vertebrá-lo em formas de organização unitárias ou em lutas gerais massivas. Desenvolve-se um processo importante de mudanças de composição social do movimento, que passa a ser constituído fundamentalmente por donas-de-casa da periferia, muitas vezes provenientes ou ainda vinculadas ao trabalho de base da Igreja. O movimento de mulheres passa a se organizar basicamente através da luta das mulheres dos setores populares. Mas

a sua relação direta com o movimento dos trabalhadores organizados no campo sindical se dá em um processo muito mais lento e só vai começar a se desenvolver realmente em 1986.

Neste campo da organização popular vão surgindo vários grupos de mulheres que, se não têm uma consciência ainda desenvolvida de sua opressão específica, começam a criar alguma identidade de gênero. Nos grandes centros, onde o movimento feminista teve um impacto maior, as organizações de mulheres desenvolvem com mais facilidade um certo conteúdo feminista: abrem-se mais para discussões sobre a sexualidade, denunciam e combatem a violência contra a mulher, enfrentam de forma mais aberta as contradições de seu papel familiar. Mas em todos os cantos surgem organizações de mulheres que se identificam como mulheres e que buscam ampliar os horizontes de sua participação social.

31. As feministas dispersas do movimento, remanescentes dos grupos autônomos, mantêm alguma articulação através dos Encontros Nacionais Feministas, que são fóruns bastante restritos até 1985. Estes setores passam a

ter uma atuação limitada, permanecendo a organização de alguns grupos, em geral, de serviços de atendimento (como a saúde da mulher, violência, centros de informação etc). Não se colocam a tarefa de uma articulação mais geral com o movimento de mulheres, tanto dos setores populares como sindical, no sentido da construção orgânica de um movimento autônomo de mulheres.

32. A realização do terceiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em São Paulo, em 1985, teve um impacto importante em diferentes setores do movimento popular que, desde o início da década de 1980, não mantinham contato com uma manifestação de peso, de caráter explicitamente feminista. Embora este Encontro não tenha atingido toda a variedade do movimento popular no país, é inegável que teve repercussões importantes para o movimento. É significativo o número de participantes nos Encontros Nacionais Feministas. Em 1985 foram 150 mulheres, em 1986 mais de 500 e em 1987 cerca de 800. O mesmo processo tem ocorrido a nível latino-americano, com uma massificação significativa e com uma mudança política e na

composição social deste tipo de Encontros. Desde então a presença marcante de mulheres do movimento popular e mulheres trabalhadoras nos Encontros Feministas retomou a possibilidade de massificação desse tipo de atividade. Isso foi possível porque a discussão específica da mulher também esteve presente, de maneiras diferenciadas, nas múltiplas formas de organização, de trabalhos, em questões em torno dos quais as mulheres estão organizadas. Pelo tipo de estruturação e direção que possuem tais eventos, entretanto, não têm se proposto a elaborar uma proposta de articulação do movimento, embora o seu caráter de troca de experiência, vivência, seja importante para acelerar a introdução da ideologia feminista no movimento de composição sindical e popular.

33. A ausência de estruturas centralizadoras do movimento, mesmo que apenas na forma de coordenação de luta, é um ponto débil da situação atual do movimento de mulheres. No entanto, o elemento central é o processo ainda inicial de formação de uma nova liderança, uma camada de militantes mulheres que vêm desenvolvendo uma experiência comum e

são capazes, portanto, de desenvolver os passos necessários para o processo de centralização do movimento.

34. O campo polarizado pelos setores mais combativos do movimento dos trabalhadores, genericamente identificado com o PT e a CUT compõe um mosaico multifacetado de organizações de mulheres, com compreensões diferentes sobre a sua opressão específica e sobre a forma de conduzir a luta das mulheres pela sua libertação. Na verdade, um fio de identificação e autoconhecimento deste campo é esta identidade genérica com o PT, embora aí também se apresentem várias posições confusas e às vezes reticentes ao trabalho com o conjunto do partido. A pressão do confronto com o PMDB, que muitas vezes se expressa através da tentativa de identificação ou mesmo substituição do movimento pelos Conselhos da Mulher, ou mesmo o confronto com o PCdoB ou a CGT tende a empurrar estes setores para uma maior definição política. Um processo e unificação deste campo, identificado com os setores combativos, sua capacidade de intervenção política e de impulsionar a construção de formas mais orgânicas de ar-

ticulação é um elemento central para garantir a autonomia do movimento e impedir um processo de cooptação e institucionalização do movimento de mulheres.

35. O campo das feministas independentes também tende a sofrer os efeitos desta pressão de uma maior identidade político-partidária. Pressão que se desenvolveu no movimento também com a formação dos Conselhos. Se por um lado este processo força o aparelho do Estado a considerar a questão da mulher ao nível das políticas públicas, por outro fez com que tanto pessoas individualmente, como grupos feministas, privilegiassem a ação institucional em detrimento do movimento autônomo de mulheres, mesmo alguns setores que tenderiam a se identificar com o campo do movimento independente dos trabalhadores. No entanto, à medida que o movimento tende a se massificar, a cobrar definições políticas mais gerais e a exigir uma militância cotidiana, tem se formado setores intermediários que encontram dificuldades de definir sua identidade política e construir seu espaço dentro da nova realidade do movimento. Os grupos autônomos que congregam estas fe-

ministas são hoje em número reduzido e têm uma participação muito eventual no cotidiano do movimento. São um setor em disputa que tem se constituído com um alvo privilegiado da burguesia na sua política de cooptação e institucionalização do movimento de mulheres. Também por isso é importante a manutenção de uma política permanente de unidade, com o objetivo de construção de um movimento autônomo de mulheres.

5. Formas de organização existentes. A busca de caminhos organizativos.

Neste ponto, como a coordenação nacional provisória preparatória ao Encontro não chegou a fazer um processo de discussão e elaboração coletiva, levantamos apenas alguns elementos de caracterização para elaboração posterior, a partir da discussão do Encontro Nacional, e os elementos de propostas organizativas - ambos apresentados à coordenação.

a) Caracterização das formas de organização existentes

36. São múltiplas as formas de organização das mulheres no movimento social. Nos últimos anos tem aumentado

os tipos de grupos e entidades onde as mulheres mesmo que não tenham uma consciência feminista, ou mesmo consciência de algum nível de opressão de gênero, sentem necessidade de ter seu espaço próprio de aglutinação e não apenas através de seus papéis tradicionais de mães e donas-de-casa. Isso nos coloca diante de um movimento, do ponto de vista de sua inserção e composição social que é bastante diferente do movimento no início da década de 1980.

37. Existem diversos movimentos populares onde se luta por reivindicações gerais de interesse do conjunto da população, como movimento de saúde, educação, moradia, alimentação, creche etc. A participação das mulheres é massiva nestes movimentos e, embora em geral o façam sem construir sua identidade específica, tal participação é um elemento importante para colocar as mulheres em movimento e criar as primeiras condições para o despertar de sua consciência da opressão específica.

38. Do trabalho conjunto entre militantes feministas, as mulheres ou organizações de mulheres dos setores populares surgem tipos de organizações diferentes do perfil tra-

dicional dos "clubes de mães" ou outros tipos de organizações de mulheres de bairro. Em certa medida, partindo do que era sua vivência como mulheres - trabalhos manuais, a questão dos filhos e da família, o trabalho na comunidade - se busca construir novas formas de relação com os movimentos sociais, com seu papel tradicional de mãe e esposa, e mesmo com as dinâmicas de funcionamento destas organizações de mulheres.

No seu vínculo com os problemas gerais da comunidade, seu trabalho se cruza com os diferentes setores dos movimentos populares.

No que diz respeito aos problemas específicos procuram trabalhar outras discussões e reivindicações, que dizem respeito à saúde, educação, violência etc. Aqui se incorporam outras atividades como cursos e tratamentos de saúde, discussão e luta por planejamento familiar, aborto etc. Com uma campanha contra a violência sobre as mulheres se discutem os problemas do relacionamento do casal, a marginalização da mulher nas atividades políticas, sindicais e sociais, problemas de alcoolismo na família etc.

Os exemplos mais típicos desse tipo de organização são

as Associações ou Comitês de Mulheres nos bairros ou municípios, as Casas da Mulher, grupos de mulheres vinculados às associações de moradores etc.

39. A situação de crise se manifesta na classe trabalhadora através de desemprego, fome, agravamento das condições de vida etc, leva a população, especialmente a mulher, que tem que enfrentar o dia-a-dia, o alto custo de vida e resolver o problema de dar de comer à família, de mandar os filhos à escola, ao problema de saúde, a dar respostas concretas e imediatas. Através de diferentes projetos, como grupos de compra, projeto de venda de leite mais barato, hortas populares etc, procura-se dar uma resposta de emergência aos problemas mais imediatos de sobrevivência.

Estas e outras formas de organização, como cooperativas de produção, também cumprem diferentes funções: em certa medida, qualifica as mulheres para o trabalho, dando-lhes melhores condições para futuramente entrar no mercado de trabalho. Por outro lado demonstram às mulheres sua capacidade de criação, organização e autogestão. Para muitas mulheres é um primeiro passo para a

compreensão do porquê de sua problemática e das formas para superá-las. Começa como se fosse um trabalho.

Para as mulheres que assumem e realizam estas experiências, isto pode servir como um instrumento de organização, de conscientização, de auto-valorização. Através destas novas estruturas, onde a participação converte em protagonistas aos seus membros, onde é possível fazer convergir o econômico em político, é possível desenvolver a conscientização popular, o fortalecimento das organizações e do movimento, e em consequência, em um certo nível, sua capacidade de auto-organização. Tais tipos de experiências, entretanto, trazem à tona na sua relação com o Estado o risco do assistencialismo e a possibilidade real de se restringirem a funções administrativas. Por outro lado, mesmo o processo de auto-organização não é suficiente para desenvolver a consciência feminista das mulheres.

40. Com um tipo de desenvolvimento particular, permanecem os Clubes de Mães da Igreja, que aglutinam mulheres em sua maioria centradas em seu papel tradicional de mães, esposas e donas-de-casa, e com atividades coti-

dianas que reproduzem as tarefas domésticas. Em geral seu vínculo com o movimento popular se dá através de atividades de conscientização dos problemas da comunidade, da sociedade, ou às vezes em mobilizações por reivindicações como luz, creche, água etc. O vínculo orgânico com a Igreja delimita o grau de sua autonomia.

41. A organização das mulheres no campo sindical também se desenvolveu muito nos últimos dois anos. Aumenta o número de organizações de mulheres nos sindicatos e nas centrais, tanto na área rural quanto urbana, e o avanço político desse trabalho depende fundamentalmente do crescimento da identidade feminista das mulheres que vêm se construindo como direção desse trabalho, o que poderá de fato forçar um avanço do movimento sindical em seu conjunto em relação a luta pela libertação das mulheres.

42. Dos grupos especificamente feministas, como já levantamos anteriormente, permanecem fundamentalmente os que desenvolvem algum tipo de prestação de serviços. Seu contato efetivo, hoje em geral bastante débil, com o movimento de mulheres que se desenvolve pode

contribuir politicamente no sentido de acelerar o desenvolvimento do caráter feminista do movimento.

b) Os desafios de organização do movimento

43. O movimento de mulheres necessita de uma organização forte para, com sua ação, poder avançar no caminho da libertação das mulheres. Só esta soma de forças, esta organização, pode fazer avançar na compreensão de nossos objetivos e chegar a níveis superiores de luta. Isto não significa burocratizar o movimento, nem perder a autonomia das diferentes organizações de mulheres. Aquelas que lutam pela liberdade, contra o domínio e opressão de uns sobre os outros, terão que ser capazes de pôr em prática um tipo de relacionamento diferente, fraternal e solidário. Onde o anseio de conseguir a libertação tanto das mulheres, como do povo, e de cada um em particular seja não só um objetivo a longo prazo como também uma tentativa de pôr em prática no cotidiano imediato, pessoal e militante, ambos indivisíveis da construção daqueles ideais.

Necessitamos de uma organização que, na sua ação, consiga colocar em movimento o mais amplo setor das mu-

lheres em luta, hoje dispersas.

É preciso, para isto, que o movimento de mulheres se construa com estruturas autônomas. E que sua própria organização seja, também, elemento de gestação de uma ordem social alternativa. Para isto temos que construir modelos diferentes de organização que reflitam a articulação de diferentes movimentos, grupos e pessoas que persigam os mesmos objetivos e também realizem uma ampla aliança política com o objetivo da libertação das mulheres, em conjunto com a luta dos trabalhadores. Só isso pode permitir a construção de uma unidade que não fique apenas nas reivindicações parciais e avançar para destruir as mesmas raízes da sociedade que originam esta opressão.

44. A organização do movimento de mulheres em uma coordenação serve como instrumento para o crescimento qualitativo e quantitativo, para a unificação do movimento. É uma unificação que coloca as bases de uma aliança política, centrada em objetivos e propostas claramente definidas que possam, em um segundo momento, apontar para uma unidade mais ampla do movimento.

A criação de uma coordenação

nacional do movimento articulada em torno de eixos comuns, de uma coordenação de lutas que de forma mais permanente organize a socialização das experiências organizativas e de mobilização das mulheres e onde se definam campanhas unitárias, seria hoje um salto de qualidade significativo para o movimento de mulheres.

45. Esta coordenação nacional articularia tanto organizações específicas, movimentos e grupos de mulheres, como comissões sindicais e partidárias de mulheres, de diversos estados do país, definindo campanhas centrais que cada estado, conforme sua própria realidade e dinâmica enfatizaria, com algumas campanhas gerais em todo o país, por um determinado período.

Destacamos alguns princípios importantes na constituição de sua identidade:

a) autonomia do movimento de mulheres em relação ao estado, partidos políticos e entidades religiosas;

b) garantia do exercício da democracia no interior do movimento e impulsionamento de instâncias coletivas de decisão;

c) respeito às instâncias deliberativas e de direção exis-

tentes dentro do movimento de mulheres;

d) unificação das lutas das mulheres do campo e da cidade;

e) impulsionamento da articulação e integração do movimento de mulheres ao conjunto das lutas do movimento popular e movimento sindical, sem que isto signifique perder sua especificidade como movimento de libertação de mulheres, na perspectiva de construção do socialismo;

f) definição de um posicionamento político geral em relação à situação política do país, buscando forjar seu caráter anti-capitalista e anti-imperialista;

g) defesa do caráter feminista e anti-patriarcal do movimento de luta pela libertação das mulheres, buscando colaborar para que os amplos setores do movimento de mulheres venham a se colocar neste campo;

h) defesa intransigente do direito de decisão e autonomia das mulheres em todas as questões que digam respeito ao seu controle sobre suas próprias vidas e denúncia de todas as formas de sua discriminação e opressão.

46. Os objetivos imediatos de uma proposta de coordenação são:

a) articular as lutas das mulheres que se encontram dispersas, visando o fortalecimento e o crescimento dessas lutas;

b) a partir de sua formação, procurar estabelecer contato com as organizações dos vários municípios e estados para dar a conhecer nossas propostas, buscando a ampliação da coordenação;

c) troca de experiências entre as organizações e ajuda mútua, de acordo com as capacidades e possibilidades diferenciadas do movimento;

d) trabalhar no sentido de buscar formas unificadas de respostas para os sérios problemas financeiros que travam os avanços das lutas (e que as festinhas, rifas etc, não conseguem resolver).

6. Eixos de luta e de organização

47. Falarmos hoje das principais reivindicações desse movimento multifacetado, a nível nacional, não é tarefa fácil dada a sua diversidade. No entanto, algumas lutas aparecem de maneira constante não só no tempo (dez anos) como no espaço, mantendo-se e reacendendo-se em todas as partes onde as mulheres se colocam em mobilização.

a) Violência

Um lado da violência - cuja presença nos jornais é apenas circunstancial - é o que atinge especificamente as mulheres. Há gradações: "cantadas" inconvenientes e perseguições, e, na maior parte das vezes, dentro das quatro paredes do lar, ameaças e espancamentos, estupros e assassinatos, a conhecida "violência doméstica". Mais do que a classe social de cada um, pesa aqui a força de preconceitos culturais largamente difundidos por toda a sociedade. Espera-se dos homens demonstrações de coragem, potência, agressividade, dominação. Das mulheres, fragilidade, passividade, dependência. Nasce daí uma idéia de poder que, quando frustrada, dá lugar aos mais diversos tipos de reação violenta, justificados por "razões de ordem moral".

Também aqui, como em outros terrenos, não se trata de exigir demagogicamente soluções imediatistas e, muito menos, baseadas apenas em ações do Estado. Não se pode dizer que vítimas morreram fundamentalmente por ineficiência policial, mas sim pela exigência de padrões de comportamento que permanecem intocadas, embora não sejam intocáveis. Se a vi-

olência (nos homens) e o medo da violência (nas mulheres) resultam de aprendizado cultural, então são passíveis de transformação. É necessário, portanto, a transformação dos diversos fatores que contribuem para essa violência específica contra as mulheres: a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher, que não goza dos mesmos direitos que o homem: o padrão machista de relações entre os sexos, segundo o qual a mulher seria “naturalmente” destinada a obedecer e a agradar ao homem; a educação diferenciada através da qual são formados seres para dominar (os homens) e seres para serem dominados (as mulheres).

Nesse aspecto, as reivindicações do movimento das mulheres vão no sentido de uma ampliação do atendimento especial às mulheres vítimas de violência ao mesmo tempo em que exige uma melhoria na qualidade desse atendimento. É nesse sentido que a reivindicação da criação de delegacias especiais de atendimento à mulher, da presença de assistentes sociais em todas as delegacias, da inclusão de profissionais do sexo feminino nos plantões do Instituto Médico Legal (IML), da criação de “casas

de abrigo temporário”, com possibilidade de profissionalização, de leis que assegurem a possibilidade do aborto à mulher vítima de estupro, são os pontos mais importantes pelos quais o movimento feminista tem se batido nos últimos anos.

É preciso ressaltar também toda a situação das condições de vida que aumentam as possibilidades de violência: a precária urbanização dos bairros de periferia, a violência no campo etc.

b) Saúde

48. A luta pelo atendimento à saúde integral da mulher, entendendo esse conceito como algo que vê a mulher em todas as suas necessidades básicas de desenvolvimento específico, desde o despertar de sua sexualidade, menarca, mudanças corporais, aspectos psicofisiológicos da sexualidade feminina, da procriação (gravidez, parto, pós-parto, aleitamento), da anticoncepção e do aborto, maturidade, menopausa e velhice, é uma luta central do movimento de mulheres.

O movimento de mulheres tem desenvolvido uma política conseqüente com essa visão integral da mulher, que se bem dá conta dos aspectos da procriação, não se atém apenas a elas. O papel da

sexualidade visto como um direito ao prazer é inseparável da idéia de libertação das mulheres e mexe em preconceitos e tabus fortemente arraigados. Ao entender a atividade sexual como parte integrante do desenvolvimento sadio do ser humano, independente de sua função procriativa, o feminismo vai questionar as concepções da moral tradicional quanto à sexualidade feminina e colocar em questão comportamentos sexuais de homens e mulheres. A “dupla moral” que estimula a atividade sexual do homem (o macho potente) e inibe a da mulher (recato, pudor feminino) traz em si a negação do reconhecimento à sexualidade feminina. E as conseqüências dessa moral são diretamente sentidas, ainda nos dias de hoje, no relacionamento entre os sexos.

Falar, portanto, em política do corpo no feminismo é denunciar a hipocrisia que reina na política oficial do atendimento à saúde da mulher: “o aborto não existe”. Trata-se, sem dúvida, de uma questão grave, polêmica, controversa mas certamente não é “um caso de polícia”. As complicações de saúde, conseqüências do péssimo atendimento na gravidez, parto, pós-parto e aborto feitos em condi-

ções precárias, contribuem para a mortalidade de mulheres e bebês. A esterilização é o método anticoncepcional mais utilizado depois da pílula. Falta a informação adequada e a possibilidade de opção por outros métodos que não prejudiquem a saúde da mulher, como o diafragma, que não é fabricado no Brasil.

A eliminação da mulher como sujeito nos coloca em um verdadeiro campo de guerra. Isso porque a ideologia dominante, ao excluir a mulher como sujeito e tratá-la como objeto, vem transformando muitas mulheres em objeto de pesquisas, em vítimas de programas de controle da natalidade. A partir daí se justifica a invasão do corpo feminino com um verdadeiro arsenal de medicamentos e instrumentos, em uma guerra cada vez menos camuflada, onde uma das armas são os anticoncepcionais. O alvo: as mulheres do Terceiro Mundo. A meta: redução drástica da população mundial. As principais atingidas: as mulheres pobres.

49. Reivindicamos:

. Assistência integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida;

. Controle rigoroso sobre as pesquisas de medicamentos e proibição da utilização das

mulheres como cobaias;

. Estatização da fabricação de anticoncepcionais e garantia da fabricação de todos os métodos que possam facilitar o controle das mulheres sobre sua procriação sem prejuízo à saúde;

. Incentivo à pesquisa de anticoncepcionais masculinos;

. Fim das esterilizações indiscriminadas;

. Legalização do aborto com garantia de sua realização pela rede pública de saúde.

c) Creche

50. Um dos elementos centrais na manutenção da opressão e subordinação das mulheres é o papel específico que lhe é atribuído na família, como a responsável pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Embora o cuidado geral com os filhos seja responsabilidade dos pais, é sobre a mulher que recai o peso cotidiano desta tarefa, influenciando ou mesmo determinando suas condições de decidir sobre sua própria vida. Além disso, a luta pela responsabilização social - e não familiar - sobre as tarefas domésticas, cobra medidas concretas que signifiquem os primeiros passos na sua socialização. A socialização do trabalho doméstico é uma medida indispensável para

proporcionar às mulheres condições materiais de romper com seu papel tradicional de dona-de-casa, mãe e esposa. É neste quadro que se coloca, do ponto de vista das mulheres, a luta por creches, associada à cobrança da responsabilização dos homens frente à paternidade. Exatamente por ser uma necessidade imediata, a luta por creches foi capaz de mobilizar milhares de mulheres e mesmo impulsionar em alguns locais processos de organização massivos do movimento.

Também no trabalho de mulheres no campo sindical, a bandeira das creches vem demonstrando sua importância, a partir dos últimos anos quando se iniciou o processo mais sistemático de organização das mulheres dentro do movimento sindical.

51. A luta por creches se desdobra na reivindicação de:

. Creches gratuitas no local de trabalho e moradia, para crianças de 0 a 7 anos, mantidas pelo Estado e pelas empresas;

. Controle da sua qualidade e funcionamento pelos pais;

. Reformulação nos cursos de formação de profissionais para o trabalho nas creches.

d) Trabalho

52. As reivindicações das mulheres em relação ao tra-

balho se expressam em várias bandeiras que procuram atacar o processo de discriminação no trabalho, a exploração mais aguda e diferenciada das mulheres e os mecanismos que dificultam a sua participação no mercado de trabalho, colocando-as em uma posição mais propícia à super-exploração. Algumas bandeiras centrais que expressam estas reivindicações são:

. Licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 15 dias, com garantia de emprego ao final da licença;

. Registro com carteira da função realmente exercida, garantindo salário igual para trabalho igual;

. Fim dos controles e disciplina rígida sobre as mulheres nos locais de trabalho;

. Denúncia permanente de todas as formas de violência, agressão sexual e pessoal, exercidas sobre as mulheres;

. Direito ao trabalho: contra os critérios de seleção que discriminam as mulheres, seja através do preconceito racial, por critérios estéticos, idade, ou a mãe solteira ou a mulher casada;

. Creches no local de trabalho e moradia.

53. Em relação aos companheiros:

. Garantia em todos os espaços do movimento sindi-

cal de um ambiente favorável à participação das mulheres;

. Respeito e incentivo à militância política das companheiras mulheres e desenvolvimento da compreensão da necessidade de medidas e espaços específicos para o seu desenvolvimento político;

. Divisão das tarefas domésticas de forma a permitir, concretamente, a participação política das mulheres.

54. A combinação desses eixos de luta, com formas de mobilização e organização, coloca a necessidade de se trabalhar um plano de campanhas ou atividades, de forma a ir construindo, também na ação, um movimento massivo.

55. Da mesma forma, é necessário buscar a articulação das bandeiras do movimento, de suas campanhas ou lutas com os outros movimentos sociais.

56. Além disso, é preciso aprofundar a discussão da relação política entre os diferentes setores do movimento de mulheres, buscando os pontos comuns de articulação e seu desenvolvimento unitário.

III - O trabalho de mulheres no PT

Neste ponto, segue essencialmente a elaboração resultante da primei-

ra reunião convocada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares em novembro de 1987, uma vez que a coordenação nacional provisória não desenvolveu uma elaboração conjunta. Não constitui, portanto, um texto completo, mas indicação para discussão.

1. A incorporação política da luta das mulheres pelo partido

57. A organização do trabalho de mulheres no PT é muito diferenciada nos vários Estados, existindo formas de organização específica em poucos estados como no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O partido tem avançado um pouco na compreensão da necessidade de organização das mulheres, embora a compreensão das questões centrais do movimento de mulheres, do significado da sua opressão e do feminismo ainda seja muito débil. Não temos conseguido, como partido, dar organicidade ao trabalho e aumentar assim o nível de intervenção interno e no movimento, ao mesmo tempo em que há uma tendência para ignorar as questões específicas ou isolá-las como um gueto. A organização do trabalho de mulheres no partido é essencial para fa-

zer o PT avançar na sua elaboração política; na organização da intervenção no movimento; no combate aos preconceitos existentes, ao machismo; no avanço da consciência das militantes de sua opressão específica como mulheres; na incorporação do feminismo; na construção do PT como um partido onde a luta pela libertação das mulheres não seja apenas uma questão das mulheres, mas de todo o partido.

2. Os objetivos do trabalho de mulheres no PT

58. A organização das mulheres dentro do PT deve buscar construir as condições necessárias para o avanço do partido como um todo, a partir do fortalecimento e aumento da participação política das próprias mulheres e do desenvolvimento da compreensão e elaboração do PT em relação ao movimento de mulheres e ao feminismo.

59. Nesse sentido devemos destacar algumas tarefas centrais das estruturas partidárias de organização das mulheres:

- . Discussão permanente do movimento de mulheres, buscando unificar a intervenção das petistas no movimento;

- . Formação feminista das militantes petistas;

- . Articulação do trabalho interno do partido, em relação aos diferentes diretórios;

- . Assessoria ao partido na questão da luta pela libertação das mulheres e em relação ao movimento de mulheres.

3. A organização interna do trabalho de mulheres

60. Até o momento existem no partido duas formas de organização: comissões/secretarias ou núcleos de mulheres. É a partir dos objetivos e do papel da organização das mulheres dentro do PT que devemos discutir a forma organizativa, levando em consideração a diversidade da situação atual da construção partidária nos diferentes estados, ao mesmo tempo em que buscamos avançar na construção do partido como um todo.

61. A relação das estruturas organizativas de mulheres com o restante da estrutura partidária.

62. Especificamente em relação às secretarias de movimentos populares. Em alguns estados, a estrutura para o trabalho de mulheres se vincula à secretaria de movimentos

populares, em outros locais são estruturas independentes vinculadas diretamente aos diretórios estaduais ou municipais. Pontos positivos e negativos de uma ou outra forma de estruturação.

63. A forma de organização nacional. Até o momento o processo de organização do trabalho de mulheres no PT está vinculado à Secretaria Nacional de Movimentos Populares, não havendo, mesmo dentro da Secretaria, nenhuma estrutura específica para este trabalho. Foi constituída apenas uma coordenação nacional provisória para preparar o Encontro, ficando para ele a proposta de uma estrutura nacional do trabalho de mulheres.

4. As principais dificuldades do trabalho de mulheres dentro do PT

64. As dificuldades de organização de base: a fragilidade da organização das mulheres passa pela incorporação ainda pequena das militantes neste trabalho; o que dificulta, também, um avanço na incorporação pelo partido da questão do feminismo e do movimento. Também neste sentido é essencial reforçar a organização das mulheres no partido.

65. Há uma grande debilidade de compreensão do partido em relação à opressão das mulheres: reprodução de preconceitos, dificuldades específicas na militância das mulheres; o convencimento das militantes mulheres sobre a importância do trabalho.

66. Articula-se a isso, a debilidade na compreensão do movimento: a questão da opressão específica; relação entre partido e movimento; a questão da autonomia do movimento e os problemas na compreensão de algumas bandeiras do movimento: exemplo, legalização do aborto, sexualidade, violência etc.

67. O avanço do PT pressupõe um avanço na sua elaboração política interna e de uma linha para o movimento. Isso deve ser feito a partir da intervenção das militantes petistas no movimento de mulheres, de forma democrática. Ao mesmo tempo em que é necessário combater politicamente as expressões de machismo e incompreensão do movimento existente no PT, avançando para fazer do PT um partido feminista, ou seja, com a incorporação efetiva do feminismo no programa e na prática cotidiana do partido.

68. A transformação ideológica do partido passa por

um processo de formação política, no sentido de incorporação do feminismo, para homens e mulheres. Nesse sentido, há necessidade de colocar essa questão de forma sistemática nas atividades de formação do partido.

69. Mas o processo de transformação do partido não se dá apenas a nível ideológico. Sua transformação neste aspecto está diretamente vinculada ao aumento da participação das militantes mulheres nos diferentes campos da vida partidária e na garantia do vínculo do trabalho de mulheres com o restante da vida do partido.

IV - A política do Estado e da burguesia em relação às mulheres

1. A investida da burguesia em relação às mulheres

71. No período final da crise da ditadura começam a aparecer posições mais ofensivas do Estado em relação às mulheres, que são parte, entretanto, das reivindicações das próprias mulheres. A primeira manifestação mais clara dessa política foi a discussão, aberta pelos militantes, sobre o controle da natalidade com

a necessidade de implantação de um Programa Nacional de Planejamento Familiar, ainda no governo Figueiredo.

Mas é só a partir das posições do PMDB no processo de transição, depois das eleições de 1982, que podemos detectar a elaboração de uma política mais coerente e globalizante que desse resposta a uma sensibilização geral na sociedade no sentido de se fazer modificações na situação da mulher. Em certa medida as mulheres passam a ser um alvo de atenção na política burguesa tanto a nível estatal quanto na sociedade, como um setor específico.

71. Várias foram as razões que levaram o Estado na transição burguesa a desenvolver, também em relação à mulher, elementos de modernização de sua forma de dominação, procurando cooperar diferentes setores do movimento social e assimilar em suas iniciativas parte das reivindicações levantadas por estes movimentos. Em primeiro lugar a pressão do movimento de mulheres no final da década de 70 e início de 80 que desencadeou um processo de luta ideológica, ainda que limitada, cobrando respostas e mudanças sociais no papel da mulher. A atuação do movimento com caráter

marcadamente feminista, teve um impacto importante sobre a opinião pública mais progressista, particularmente os setores médios, sobre os meios de comunicação, atingindo os partidos e influenciando suas propostas de mudança. Um setor significativo de movimento feminista se identificava e se organizava dentro do PMDB, também incorporando, neste período, militantes do PCB e do PCdoB. São estes setores que, articulando-se dentro do partido pressionam para que à medida que o PMDB vai assumindo posições privilegiadas no aparelho do Estado, defina políticas que viessem de encontro às reivindicações do movimento de mulheres. Além disso, a luta das mulheres se colocava dentro de outros aspectos da luta de diferentes setores da sociedade pelos direitos de cidadania, que se ampliam com o fim da ditadura. Do ponto de vista social, o aumento da educação formal das mulheres que passam a disputar mais claramente os espaços de representação e participação política e social e a aceleração de sua entrada no mercado de trabalho ampliam os horizontes políticos, sociais e culturais das mulheres e aumentam essa necessidade de se le-

var em conta a sua presença como um setor social específico.

72. As respostas se desenvolvem, fundamentalmente, ligadas às questões dos direitos de cidadania, ou seja, no âmbito legal no sentido de igualar os direitos formais entre homens e mulheres. Esses direitos, entretanto, não são insignificantes uma vez que se passam a buscar a formalização de reivindicações antigas do movimento e até mesmo de conquistas individuais de um setor das mulheres frente a uma legislação retrógrada, fundamentalmente na subordinação da mulher ao homem. Essas propostas de mudança se canalizaram em sua maioria para a Constituinte. Para a grande maioria da população, no entanto, as mudanças legais ainda estão longe de corresponder a um rompimento com padrões de comportamento conservadores e mesmo brutais em relação às mulheres.

73. As mudanças estruturais, que exigem redefinições de prioridades do Estado e a implementação de políticas específicas que alterem significativamente a condição das mulheres, são extremamente limitadas. Restringem-se em geral aos aspectos onde os interesses da burguesia são

claros e não às reivindicações específicas das mulheres, como no caso da política de planejamento familiar, mesmo que em parte correspondam a essas reivindicações. No entanto, é inegável que a burguesia tem sido, fundamentalmente através do aparelho do Estado, capaz de responder a esta pressão mais rapidamente e eficientemente do que os setores do movimento dos trabalhadores. Devido a dispersão do movimento de mulheres e à posição refratária, muitas vezes conservadora, do movimento operário em relação às reivindicações específicas das mulheres e à necessidade de sua organização, a ofensiva política da burguesia tem encontrado um campo aberto e com oponentes frágeis, colocando o Estado, através dos Conselhos, como agentes privilegiados na defesa das reivindicações das mulheres e até mesmo de sua articulação e organização.

2. A política dos Conselhos da Mulher

74. Os Conselhos da Mulher, que tiveram como precursor o Conselho Estadual de Minas Gerais de 1983, correspondem à institucionalização dentro do aparelho do

Estado de órgãos consultivos de assessoramento ao Executivo, subordinados às políticas definidas pelos outros órgãos do Estado.

Os Conselhos se generalizaram, existindo hoje em vários Estados e em alguns casos a nível municipal. Sua constituição, no entanto, embora represente um elemento progressista dentro da política da burguesia, não significa uma integração real das reivindicações fundamentais das mulheres na política da Nova República, até mesmo porque sua capacidade de atuação é extremamente limitada.

Os Conselhos são órgãos de articulação política que, com alguma flexibilidade, fazem propaganda da democratização do governo da Nova República, mantendo laços com diferentes setores do movimento, buscando em geral a sua integração na política do Estado. Os Conselhos são órgãos definidos para elaborar políticas públicas, articulando várias instâncias governamentais sem, entretanto, deterem o poder de execução destas políticas. Na sua composição política integram na maioria dos casos mulheres que se vincularam ou se vinculam de alguma forma ao movimento de mulheres, liga-

das em geral ao PMDB, às vezes ao PCB e PCdoB, sendo que em algumas situações procuram integrar mulheres de outros partidos, em particular do PT. Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, pelo fato de serem órgãos do aparelho do Estado, ficam limitados na sua ação pela composição dos respectivos Executivos aos quais estão diretamente vinculados. Nos diferentes níveis, em razão dessa vinculação, apontam hoje para uma articulação mais conservadora e que tende a influenciar a composição e ação destes Conselhos.

75. Os Conselhos mantêm uma relação muitas vezes ambígua com o movimento, na medida em que acabam se constituindo como pólo de articulação, principalmente nos lugares onde a fragilidade do movimento não lhe permite resistir à capacidade de polarização e centralização dos Conselhos, que manipulam sua intervenção para aumentar sua força como instrumento de pressão a favor das mulheres dentro do aparelho do Estado. E, uma vez que não possuem autonomia financeira para o desenvolvimento de políticas próprias que impliquem mudança de priorização no orçamento do

Estado, sua ação se limita a dois níveis: propaganda da questão da mulher, centrada no conhecimento da legislação em relação a diferentes aspectos (saúde, educação, direitos trabalhistas, violência etc); e pressão para que o Estado reoriente sua política frente às mulheres, uma vez que não há definição de área de atuação específica dos Conselhos ou delimitação de setores na política do Estado onde tenham autonomia.

76. A criação dos Conselhos, em que pesem suas limitações, representa um avanço do reconhecimento da necessidade da elaboração e implementação de políticas específicas que ataquem o problema da subordinação, opressão e exploração das mulheres. Reconhecer seu caráter de órgão de aparelhos do Estado e, portanto, fora das estruturas do movimento, não significa deslegitimar sua existência. A atuação do movimento frente a eles deve ser de cobrança permanente de sua coerência com a plataforma que defende na atuação dentro do Estado, pressionando para que avance suas posições. Isso não deve significar, entretanto, uma vinculação orgânica do movimento aos Conselhos e nem a abertura dos fóruns do

movimento para sua participação.

77. A participação nos fóruns abertos promovidos pelos Conselhos deve se pautar por uma posição de manutenção clara de independência política e organizativa e a recusa de se utilizar as estruturas do movimento como instância de "colaboração" com os Conselhos.

São as políticas específicas setoriais que se constituem como a ponta de lança da ofensiva política do Estado em relação às mulheres. Na aplicação destas políticas em geral os Conselhos têm pouco ou nenhum poder, limitando-se à assessoria na elaboração dos projetos, o que funciona também como propaganda positiva para o Estado na medida em que se baseiam na elaboração já existente do movimento, dando aos projetos um discurso feminino, além disso, seu sucesso em incorporar diferentes

setores do movimento em fóruns de discussão política do Estado, mas que não têm qualquer poder de decisão, amplia a visão de abertura democrática, com a abertura dos espaços de discussão política. A aplicação dos projetos, entretanto, fica a cargo de outras secretarias ou ministérios.

3. Políticas específicas setoriais

a) Em relação à violência

78. A questão das delegacias: seu papel e suas debilidades. A necessidade de respostas mais gerais à questão da violência.

79. O posicionamento e atuação do movimento de mulheres frente a elas. As reivindicações centrais em relação à sua existência e funcionamento.

b) Planejamento familiar

80. A forma como o governo trata a saúde da mulher,

os objetivos controlistas e as limitações da implantação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). As contradições da questão das esterilizações, das pesquisas em anticoncepcionais e da situação do aborto.

V - A política dos governos petistas em relação às mulheres

1. Definição de pontos centrais do programa do PT em relação às mulheres.

2. Definição de priorização de políticas específicas.

3. A criação ou não de órgãos específicos nos Executivos.

a) Estruturação desses órgãos: conselhos/secretarias. Sua relação na estrutura do Estado.

b) Atribuição desses órgãos.

c) Sua relação com o movimento.

